

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.669 - MG
(2018/0040945-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : TRANSPORTADORA MARFORTE DO BRASIL EIRELI
ADVOGADOS : ADIRSON DE OLIVEIRA BEBER JÚNIOR - SP128515
FERNANDA CORREA DA SILVA BAIO - SP248857
EMBARGADO : RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : LUCIANO AMORIM DA SILVA E OUTRO(S) - SP182047
EMBARGADO : POSTO LEAO DO SUL LTDA
ADVOGADO : KARINA LILIANNI BRAGA E OUTRO(S) - MG093872

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por TRANSPORTADORA MARFORTE DO BRASIL EIRELI em face da decisão acostada às fls. 851-854 e-STJ, da lavra deste signatário, em que se negou provimento a agravo em recurso especial manejado pela parte adversa.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 857-864 e-STJ), aponta obscuridade em relação à majoração de honorários, sustentando não ser possível concluiu em favor de qual das duas recorridas foi aplicada.

Impugnação às fls. 874-879.

É o relatório.

Decide-se.

1. Com efeito, a teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

No caso, devem ser acolhidos os embargos, **para aclarar a decisão impugnada, no que se refere à majoração de honorários.**

Em análise à sentença (fls. 509-513 e-STJ), observa-se que a empresa RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA, demandada na ação originária, foi condenada ao pagamento de honorários da seguinte forma:

i) em relação à ação principal: 10% sobre o valor da condenação, em favor da demandante (POSTO LEÃO);

ii) em relação à reconvenção: 10% sobre o valor da causa (reconvenção), em favor da demandante (POSTO LEÃO);

iii) em relação à denunciação à lide: R\$ 3.000,00 (três mil reais) em favor da denunciada (TRANSPORTADORA MARFORTE).

Portanto, considerando que a decisão limitou-se a **majorar** os honorários (não modificando, nem redistribuindo a sucumbência), o valor de cada uma das condenações acima listadas deverá ser acrescido do percentual de 10% (dez por cento), a título de honorários recursais.

A majoração, portanto, é devida à parte em favor da qual originalmente ocorreu a condenação - no caso, na mesma proporção constante da decisão que fixou os honorários.

2. Do exposto, **acolhe-se** os embargos de declaração, apenas para aclarar a decisão no que se refere à majoração de honorários, sem efeitos infringentes, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

